Cadernos Espinosanos

ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 42 jan-jun 2020 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Arte da pintura*, 1666, óleo sobre tela de Johannes Vermeer.

A IMAGINAÇÃO NO DIÁLOGO ENTRE LEIBNIZ E SOPHIE CHARLOTTE

Tessa Moura Lacerda¹

Professora, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
tessalacerda@usp.br

RESUMO: A imaginação é um sentido interno que reúne as impressões dos sentidos externos, afirma Leibniz em uma carta à rainha Sophie Charlotte. Esta é uma das únicas definições da imaginação formulada explicitamente por Leibniz. Não temos as cartas escritas por Sophie Charlotte, o que é uma marca do silenciamento imposto às mulheres ao longo de séculos, por isso propomos um exercício de imaginação para reconstituir a importância desse diálogo. Outras raras ocorrências do termo “imaginação” em textos de Leibniz mostram a importância que o filósofo atribui ao poder de criação da imaginação. Seria possível sugerir a partir de uma relação entre memória e imaginação um sentido político para a criação imaginativa?

PALAVRAS-CHAVE: Leibniz, Sophie Charlotte, imaginação, memória, sentidos.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq (processo nº 306601/2017-6).

I. CARTA DE LEIBNIZ A SOPHIE CHARLOTTE, SOBRE “O QUE É INDEPENDENTE DO SENTIDO E DA MATÉRIA” (1702)

“... é preciso que haja um *sentido interno*, no qual a percepção de (...) diferentes *sentidos externos* se encontram reunidas. É o que chamamos *imaginação* (...)”
(LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, carta XXXIX, p.157).

Olhar, escutar, cheirar, saborear, tocar – a imaginação nos permite sentir tudo isso simultaneamente. A imaginação é um sentido interno que reúne as percepções dos diferentes sentidos externos, estes, por sua vez, nos dão a conhecer objetos particulares: cores, sons, odores, sabores e as qualidades do toque. A imaginação reúne aquilo que cada sentido externo percebe à sua maneira.

Assim define Leibniz a imaginação, provavelmente em 1702. A explicação sobre a imaginação e sua relação com os sentidos e o entendimento ocupam metade das páginas de uma carta endereçada à rainha da Prússia, Sophie Charlotte. Trata-se de uma definição da imaginação tão cuidadosa e clara, quanto rara. Esta carta é, certamente, uma das únicas referências explícitas de Leibniz à imaginação. Mesmo nos textos em que se dedica a pensar como conhecemos as coisas e as ideias, dificilmente a palavra “imaginação” está presente². Neste conjunto de cartas

2 Na edição eletrônica dos *Philosophischen Schriften* editados por Gerhard, contamos 6 ocorrências da palavra “*imaginatio*” em 5 textos e 104 ocorrências da palavra “*imagination*” em 74 textos. Destas 104 ocorrências, 6 estão nesta carta de Leibniz a Sophie Charlotte. Nenhum dos outros 73 textos traz a palavra “imaginação” tantas vezes (este recenseamento das ocorrências da palavra é uma homenagem Cristiano

reunido por Klopp, e que apresenta cartas de Leibniz a Sophie Charlotte, algumas cartas breves desta a Leibniz e cartas a conhecidos em comum, a palavra, “imaginação” aparece pelo menos em mais uma carta. Desta vez, uma pequena carta de Leibniz ao general Schulenbourg, em março de 1705, 1 mês após a morte prematura de Sophie Charlotte, vitimada por uma pneumonia aos 36 anos:

Embora minha razão me diga que os pesares sejam supérfluos e que é preciso honrar a memória da Rainha da Prússia em lugar de chorá-la, minha *imaginação* me apresenta sempre esta princesa com todas as suas perfeições, e me diz que elas são encantadoras, e que eu perdi uma das maiores satisfações do mundo, satisfação que, razoavelmente, jamais poderia esperar em minha vida (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.270 – itálico meu).

Leibniz está tomado de dor pela perda de sua amiga íntima. De fato, caiu doente quando Sophie Charlotte faleceu. O que descreve na pequena carta a Schulenbourg é a capacidade da imaginação de nos apresentar, reunindo perfumes, visões, sensações táteis, sons e sabores, um objeto inteiro, mesmo que este não possa mais ser percebido pelos sentidos externos; a capacidade de reapresentar o que um dia esteve presente aos sentidos; essa capacidade de criar ou recriar um objeto como *imagem*. Ora, sabemos, a rainha se foi. Resta, dela, para Leibniz, a *memória* do que um dia sentiu, quando a tinha presente. Essa imagem não é Sophie Charlotte. Leibniz, diz, perdeu a maior satisfação que já teve na vida.

O que significa, então, essa apresentação de um objeto à imaginação?

Rezende, que propôs o uso da tecnologia na pesquisa e na docência).

II. UM EXERCÍCIO DE IMAGINAÇÃO³

Antes de responder a essa pergunta, porém, proponho um exercício de imaginação, esse exercício tem suas razões. A primeira e principal delas se deve ao título que dei a este texto: “A imaginação no *diálogo* entre Leibniz e Sophie Charlotte”. Ora, Sophie Charlotte não escreveu qualquer tratado, nem de fundamentação da Física, como Émilie Du Chatellet – que retoma a metafísica leibniziana nas *Instituições de física* (1740) – nem tratados de filosofia como Anne Conway – filósofa inglesa da escola platônica de Cambridge, e cujos trabalhos são considerados uma influência para a filosofia de Leibniz. Seria fora do comum se Sophie Charlotte tivesse, como Émilie e Anne, que com certeza fugiam do comum, escrito tratados de física ou de filosofia. Com efeito, a historiadora Michelle Perrot, que tomou parte no movimento de escritura da História a partir dos anos 1960, movimento que se deu a tarefa de escrever a história das mulheres, se deparou com a quase ausência de documentos sobre a vida das mulheres. Porque se há uma “torrente” de discursos sobre as mulheres, como bem sabe Mary, a personagem de Virgínia Woolf em *Um quarto só seu*, e uma “avalanche” de imagens literárias e plásticas de mulheres, “ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (PERROT, 2017, p.22).

Nesse trabalho de memória que é a busca historiográfica por vestígios, Michelle Perrot percebeu que a correspondência, o diário íntimo e a autobiografia eram escritos “autorizados” às mulheres no

3 Este trecho do artigo é a primeira versão de uma discussão retomada, posteriormente, no I Congresso Internacional “Mulheres na Filosofia Moderna”, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 17 e 20 de junho de 2019.

século XVII. Os escritos das mulheres costumam ter um caráter privado, afirma a historiadora; trata-se de “uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida” (PERROT, 2017, p.28). “A carta constitui uma forma de sociabilidade, e de expressão feminina, autorizada e mesmo recomendada, ou tolerada” – mas, acrescenta Michelle Perrot, as cartas “raramente são publicadas, exceto quando põem em cena grandes homens” (PERROT, 2017, p. 29)⁴.

Sophie Charlotte escrevia, como muitas companheiras de seu gênero, cartas. Por isso, a inexistência de uma obra escrita não seria um completo impedimento para a reconstituição de um *diálogo*, se tivéssemos, por exemplo, um diálogo epistolar, como o que temos entre a tia de Sophie Charlotte, Elisabeth, e Descartes. Mas, embora saibamos da afetuosa amizade que ligou Leibniz e Sophie Charlotte por pelo menos cinco anos, desde 1700 – quando ele, funcionário em Hannover, teve a oportunidade de viajar até Berlim e conhecer o castelo de Luxemburg (hoje chamado Charlottenburg) a fim de dar início ao projeto de criação da Sociedade de Ciências de Berlim – até 1705, quando Sophie Charlotte morreu inesperadamente; embora saibamos, escrevia, desta amizade intensa dos dois que quase nunca estavam sob o céu da mesma cidade (e que por isso mesmo trocavam muitas cartas), não temos as cartas de Sophie Charlotte. Quando Leibniz soube da morte da rainha da Prússia, ela estava visitando a mãe Sofia em Hannover, e ele estava em Berlim. Na ocasião ele pediu para conhecidos da corte prussiana que

4 Poderíamos dizer que a correspondência entre Sophie Charlotte e Leibniz foi conservada porque põe em cena um grande homem que foi Leibniz?

salvassem as cartas que ela lhe escrevera. Em vão. Frederico III, rei da Prússia, temendo que as cartas de Sophie Charlotte falassem algo contra ele, as mandou queimar.

As opressões sofridas pelas mulheres são muitas. O silenciamento imposto mesmo depois da morte é apenas uma delas. De todo modo, é pela ausência de escritos que nos desvelem o intenso diálogo entre Sophie Charlotte e Leibniz que proponho esse exercício de imaginação. De modo algum, porém, quero sugerir que procuremos adivinhar a “filosofia” de Sophie Charlotte nas linhas de Leibniz e nas entrelinhas das cartas que restaram. Nem creio que ver em Sophie Charlotte a discípula dedicada que ela afirma ser – “vós podeis me considerar como uma de suas discípulas desde o presente, uma destas que vos estimam e consideram vosso mérito” (Sophie Charlotte a Leibniz, 22/8, sem ano, in LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p. 54) – seja o melhor caminho para pensar essa relação e esse diálogo. Não seria fazer o mesmo que editar uma correspondência onde uma das vozes é feminina apenas porque põe em cena um “grande homem”? Não seria fazer de Leibniz o grande filósofo que pacientemente instrui a jovem e ingênua⁵ rainha, como faz também com a mãe dela, a princesa Sofia?

Em lugar de propor que leiamos nas entrelinhas das cartas de Leibniz uma filosofia de Sophie Charlotte, creio ser mais útil, para imaginar as cenas e o cenário onde se desenrolava esse diálogo entre Leibniz e Sophie Charlotte, considerar o fato de que viviam numa sociedade

5 Talvez Sophie Charlotte sentisse exatamente isso antes de estabelecerem a forte amizade, ela e Leibniz; com efeito, reclama com uma amiga sobre o tratamento que Leibniz dispensa a ela: “gosto desse homem, mas ele só fala superficialmente comigo” (cf. AÍTON, 1992, p. 345-356).

de corte. A corte se caracteriza pela não diferenciação entre a estruturação da família real e o órgão central de administração do Estado. Em outras palavras: relações pessoais e relações profissionais dos príncipes não se diferenciavam, de modo que “alianças e rivalidades familiares, amizades e inimizades pessoais agiam como fatores normais no tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais” (ELIAS, 1996, p.23). Sophie Charlotte ocupava, nessa sociedade, o altíssimo posto de rainha. Rainha, não podemos deixar de mencionar, da Prússia, um dos maiores impérios naquele momento. Leibniz era funcionário do Eleitor Paladino de Hannover, Ernst August, pai de Sophie Charlotte e, a partir de 1698 com a morte deste, funcionário de Georg Ludwig, irmão de Sophie Charlotte, que não era tão tolerante quanto o pai com as escapadelas que Leibniz gostava de dar, viajando para outras cidades, com as mais variadas desculpas. O eleitorado de Hannover mantinha boas relações com a Prússia por razões óbvias, mas Leibniz devia obediência a Hannover. Tanto assim, que tentou inúmeras vezes viajar para encontrar Sophie Charlotte em Berlim desde 1697, quando Sophie Charlotte lhe propôs construir um observatório em Berlim e ele sugeriu o plano mais ambicioso de fundar uma Sociedade de Ciências. Georg Ludwig recusou todos os pedidos feitos por Leibniz para realizar essa curta viagem a Berlim a fim de manter conversações com Sophie Charlotte a respeito da Sociedade de Ciências. A primeira viagem só foi autorizada em 1700, quando o Eleitor de Brandenburg aprovou a fundação da Sociedade de Ciências de Berlim.

Sofia, a mãe de Sophie Charlotte, passou a vida inteira tentando provar que tinha direito ao trono da Inglaterra. Muito do trabalho de Leibniz como historiador e bibliotecário em Hannover é dedicado a encontrar prova suficiente para justificar que sua empregadora assumisse

a coroa inglesa. Embora não estivesse oficialmente envolvido, Leibniz pode ser visto como um conselheiro e por sua própria conta fez uma campanha em 1701 entre os nascidos em Hannover e residentes em Londres para conseguir isso (cf. STRICKLAND, 2011, p. 16). Quando, porém, Georg Ludwig assumiu o trono inglês em 1714 e a corte de Hannover mudou-se para a Inglaterra, Leibniz, sem contar mais com a proteção de Sofia (que havia falecido) ou com o apreço de Sophie Charlotte, foi deixado para trás⁶.

O fato de, numa sociedade de corte, ser empregado é certamente o que explica o respeito que Leibniz demonstra (pelo menos até 1710, quando se tornou conhecido no mundo pensante) nas cartas a Sophie Charlotte à hierarquia social: mesmo sendo amigo de Sophie Charlotte, e antes disso, amigo de sua mãe, Sofia, as cartas para a rainha da Prússia seguem o protocolo. Na carta sobre a imaginação que primeiro citamos, Leibniz usa o vocativo Vossa Majestade, e introduz o assunto da carta afirmando obediência à rainha: “gostaria de me explicar (...) para obedecer às ordens e para satisfazer à curiosidade de Vossa Majestade” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.154).

Voltemos à carta, então; e à nossa pergunta “o que significa a apresentação de um objeto à imaginação?”

6 Vale notar, porém, que Leibniz, reconhecido como filósofo e matemático desde a publicação da *Téodiceia* em 1710, viajara para Viena em 1712 a fim de cooperar na fundação de uma Academia Imperial de Ciências e se recusava a voltar para Hannover, a despeito dos apelos de Sofia e até do corte de pagamento de seu salário. Voltou apenas em 1714, quando parte da corte já se mudara para a Inglaterra, inclusive Georg Ludwig, seu empregador.

III. IMAGEM E IMAGINAÇÃO

A carta de Leibniz à rainha Sophie Charlotte na qual o filósofo apresenta a clara e rara definição da imaginação, pretende comentar duas questões trazidas pela carta de um terceiro à rainha. A saber, “se há alguma coisa em nossos pensamentos que não venha dos sentidos; e se há alguma coisa na natureza que não seja material” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.154). A nós interessa particularmente a primeira questão, já que Leibniz, como Descartes, vai relacionar diretamente a imaginação à sensação. Vejamos.

“Servimo-nos dos sentidos externos como um cego se serve de sua bengala, segundo a comparação de um antigo” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.154). Retomando a imagem de Galeno (em *Placidis hipocratis et platonis*, séc. II), e usada também por Descartes em sua *Dióptrica* (a mesma que será comentada por Merleau-Ponty em *O olho e o espírito*), Leibniz explica que os sentidos nos dão a conhecer seus objetos particulares – cores, sons, odores, sabores e qualidades do toque –, mas não nos permitem conhecer *o que* são as qualidades sensíveis, nem *em que* consistem. O olho me mostra o vermelho, mas não me deixa saber se ele “é a rotação de pequenos globos de que, se supõe, é feita a luz” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.155). Os sentidos também não me dizem se o som é feito no ar como os círculos na água, quando jogamos uma pedra, se o calor é o turbilhão de uma poeira muito sutil, etc. Não percebemos nada disso, rotação, círculos no ar, turbilhão, e mesmo que essas hipóteses fossem verdadeiras não saberíamos como dariam exatamente essas percepções que temos do vermelho, do som, do calor⁷. Por isso,

7 A percepção não pode ser explicada por causas mecânicas: “vemo-nos obrigados a confessar que a *percepção* e o que depende dela é *inexplicável por razões mecânicas*,

ao contrário do autor da carta que leu em obediência à rainha, Leibniz julga que “bem longe de entendermos apenas as coisas sensíveis, elas são justamente as que entendemos menos” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.155). Ainda que nos sejam familiares, as coisas sensíveis são *qualidades ocultas*.

Leibniz admite que novas descobertas explicam a natureza dessas qualidades ocultas, por exemplo, a refração explica como azul e amarelo são feitos, e sabemos que o verde é a mistura dos dois; mas não compreendemos como nossa percepção das três cores resulta dessas causas. Não podemos sequer estabelecer uma definição nominal das cores (do azul, por exemplo), pela qual fosse possível reconhecer uma cor entre outras, “para que um homem saiba o que é o azul, é preciso necessariamente mostrar o azul a ele” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p. 156). São noções claras, o azul, o amarelo, mas não são distintas porque não podemos explicar em que consistem, há um “*não sei quê* de que nos apercebemos, mas não podemos prestar contas” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.156).

Há outras *qualidades* que são *manifestas*, porque não estão ligadas a um sentido em particular, pertencem ao *senso comum*, por exemplo, (a) os números, “que se encontram igualmente nos sons, cores e toque” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.156); (b) as figuras, comuns às cores e ao toque. Embora para conceber distintamente números e figuras seja preciso que o entendimento acrescente algo. E prossegue, Leibniz:

isto é, por figuras e movimentos. (...)” (LEIBNIZ, 2004, §17, p.133). Ao contrário das concepções cartesiana, hobbesiana e espinosana, Leibniz não concorda com a explicação da percepção pelas teorias físicas do movimento. A percepção não pode ser explicada por choques, reações e movimentos causados por partículas que saem dos objetos e afetam os órgãos dos sentidos. Obviamente Descartes, Hobbes e Espinosa têm uma concepção materialista da relação do corpo percipiente com o mundo – Locke, empirista, apresentará uma concepção semelhante.

Como nossa alma compara, por exemplo, os números e as figuras que estão nas cores, com os números e as figuras que são encontrados pelo toque, é preciso que haja *um sentido interno*, no qual as percepções desses diferentes sentidos externos se encontrem reunidas. É isso que se chama *imaginação*, que compreende ao mesmo tempo *as noções dos sentidos particulares*, que são *claras, mas confusas* e *as noções do sentido comum*, que são claras e distintas (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.157).

Apenas estas são objetos das ciências matemáticas; as qualidades sensíveis particulares só são suscetíveis de explicação quando envolvem o que é comum aos objetos de vários sentidos externos e pertencem ao sentido interno. Mas, observa Leibniz, as matemáticas só são demonstrativas porque a inteligência ajuda a imaginação e os sentidos.

Há, portanto, objetos sensíveis, imagináveis e objetos que pertencem apenas ao entendimento. Como o eu. “Pensar em uma cor e considerar que se pensa na cor, são dois pensamentos muito diferentes, na medida em que a cor difere de mim que penso nela” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p.158). É esse eu que fornece as noções metafísicas que são totalmente independentes dos sentidos e da imaginação, como causa, efeito, ação, similitude. O que responde à questão trazida por Sophie Charlotte através da carta de um amigo: “pode-se dizer que não há nada no entendimento que não tenha vindo dos sentidos, a não ser o próprio entendimento” (LEIBNIZ, 1970, Klopp, x, p. 158). Na formulação que ficou famosa: *Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu; nisi intellectus ipse*. O axioma escolástico, derivado de Aristóteles e muito caro aos empiristas, dizia: *nihil est in intellectu quod non fuerit in sensu* (não há nada no intelecto que não tenha vindo dos sentidos). Leibniz propõe a correção. *nihil est in intellectu quod non fuerit in sensu, excipe: nisi ipse intellectus*, ou seja, não há nada no intelecto que não tenha vindo dos sentidos, a não ser o próprio intelecto.

Leibniz resume, então, na carta, os três tipos de objeto do conhecimento: os sensíveis apenas (aquelas qualidades sensíveis ocultas); os sensíveis e inteligíveis, que pertencem ao sentido comum (as qualidades sensíveis manifestas); e os apenas inteligíveis, próprios do entendimento. O primeiro e o segundo são imagináveis. Os terceiros são apenas inteligíveis.

Apesar dessa aparente separação entre sensível e inteligível, a concepção leibniziana da imagem faz dela um inteligível de direito. Por quê?

A percepção sensível envolve o infinito e é modelo de conhecimento por isso mesmo. Percebemos tudo, diz Leibniz, percebemos o infinito, mas não conseguimos analisar com nosso entendimento finito a infinidade envolvida em cada percepção (cf. LEIBNIZ, 2004b, §13 p.160). Em outras palavras, não conseguimos desdobrar a infinidade de elementos e percorrer essa infinidade em nossa finita vida. A imagem do caminhante à beira do mar que ouve as ondas mostra essa nossa capacidade de percepção, o que este caminhante percebe são infinitos sons de infinitas gotas, mas só pode se aperceber (entenda-se: tomar consciência) do conjunto total de gotas, a onda.

Mas nessa percepção contemplamos a totalidade da ideia que lhe corresponde (cf. LEIBNIZ, 2004c, §25, p.55). De maneira confusa, porque não podemos analisar, desdobrar, enumerar essa infinidade. A única outra situação em que contemplamos a ideia inteira é na intuição (da qual não sabemos se somos capazes). Entre a imagem, ou ideia clara, mas confusa, e a ideia clara, distinta e adequada que seria intuída, temos infinitos graus. A primeira, a imagem perceptiva, é o ponto de partida do exercício do conhecimento. A última seria – será? – o ponto de chegada do conhecimento.

Ora, o que acontece é que, embora Leibniz oponha, na maior parte daquela centena de ocorrências de *imagination*, “imaginação” e “razão”, a imagem não é o oposto do conhecimento racional da ideia. A imagem é uma ideia confusa. E, de direito, poderia ser analisada, dividida e subdividida em elementos até alcançarmos os primeiros elementos, os primeiros pensamentos, com os quais criaríamos uma língua formal, a Característica universal.

No conhecimento, todo tipo de verdade só é compreendida por palavras, diz Philaleto, o porta-voz de Locke, nos *Novos Ensaios*, ao que Teófilo/Leibniz se contrapõe com entusiasmo:

creio que outras marcas poderiam ter esse efeito; vê-se pelos caracteres dos chineses. Poder-se-ia introduzir uma característica universal, muito popular e melhor que a deles, se se empregassem pequenas figuras em lugar de palavras, que representassem as coisas visíveis por traços e as invisíveis pelas visíveis que as acompanham. (...) o uso dessa maneira de escrever seria de grande utilidade para *enriquecer a imaginação* e para fornecer pensamentos menos surdos e menos verbais” (LEIBNIZ, 1990, NE, IV, VI, §2, p. 314, *itálico nosso*).

Gostaria de chamar atenção para esta última frase – “seria de grande utilidade para *enriquecer a imaginação* e para fornecer pensamentos menos surdos e menos verbais”. “Pensamentos surdos” são aqueles que não analisamos, não explicitamos, não desenvolvemos, porque acreditamos ser compreendidos. Por exemplo, numa equação matemática posso simplesmente colocar o delta como sinal de uma conta, sem explicitar a conta. Fazemos o mesmo quando pensamos. Sem isso, não haveria ciência, nem o processo de entendimento. Mas também por isso, muitas vezes, nos equivocamos. Porque supomos que algo está entendido, sem analisá-lo. Ora, dissemos antes, a percepção pode ser pensada assim: a

percepção envolve infinitos elementos, a imagem envolve infinitas percepções. E não podemos, mas também não precisamos, analisar o azul para saber que é azul. A imagem, essa reunião dos objetos particulares de sentidos externos em um sentido interno, concentra todos os infinitos elementos na sua finitude.

“Pensamentos verbais” remete ao nosso modo discursivo de pensar, pensamos por etapas, por sentenças, na duração. Por isso, certamente não podemos intuir. A intuição está reservada para Deus. Nós poderíamos talvez nos aproximar dela com a Característica universal, na qual símbolo e ideia coincidiriam.

“Enriquecer a imaginação”. Que interessante para quem em geral contrapõe imaginação, fonte de erro, e razão, fonte de conhecimento. Em seu texto *Scientia generalis*, Leibniz mostra o quão longe nossa imaginação pode “voar”. Com efeito, ele afirma, nos “Preceitos para o avanço das ciências”, que se pode ensinar um homem que não conhece Música a compor sem erros, mas ele precisará de uma imaginação viva e precisará

observar na composição de pessoas hábeis mil e mil cadências e, por assim dizer, frases musicais, para dar asas a sua imaginação (...) porque há coisas, sobretudo aquelas que dependem dos sentidos, nas quais se tem êxito antes deixando-se ir maquinalmente pela imitação e pela prática, que permanecendo na aridez dos preceitos (...). (...) para imaginar uma bela ária, para fazer um belo poema, para se figurar belos ornamentos da arquitetura ou o desenho de um quadro de invenção, é preciso que nossa imaginação tenha adquirido o hábito, depois do que podemos deixá-la livre para voar, sem consultar a razão, por uma espécie de Entusiasmo. (...) há coisas que dependem antes de um jogo da imaginação e de uma impressão maquinal que da razão, e nas quais é preciso um hábito, como nos exercícios do corpo e mesmo em alguns exercícios do espírito (LEIBNIZ, 1962, PS VII, p.171).

A imaginação que nutre o hábito de observar e imitar os passos alheios de grandes artistas é capaz de voar livre, numa espécie de jogo. E se transforma numa imaginação criativa, inventiva, ligada ao prazer e à satisfação⁸. Não nos esqueçamos que, mesmo tomado de dor pela morte da rainha Sophie Charlotte, a imaginação de Leibniz torna presentes as perfeições encantadoras que eram a maior *satisfação* que Leibniz teve na vida.

A imaginação que, no conhecimento pode ser um auxílio nas matemáticas, é acusada de levar as pessoas ao erro ou, sobretudo, a parar a investigação antes da hora – como no caso clássico do átomo: satisfaz a imaginação, enquanto a razão, de sua parte, pode conceber a divisibilidade infinita e atual da matéria⁹. A imaginação não deve entrar na consideração das coisas abstratas e dos primeiros princípios, que são metafísicos.

Leibniz não fala da imaginação política ou no uso da imaginação no campo político – sabemos das posições conservadoras do filósofo a esse respeito: incapaz de imaginar uma estrutura diferente da sociedade de corte na qual vivia, cria que o máximo que podia fazer era ser conselheiro dos monarcas e que este era o papel dos filósofos, donde a importância que ele atribui à criação das Sociedades de Ciência.

Todavia, Leibniz, que exalta a imaginação artística, chama a história de romance da vida humana, em sentido literário: “este romance da vida humana, que é a história universal do gênero humano, se encontra inteiramente inventada (*inventé*) no entendimento divino com

8 Numa carta a Alberty, por exemplo, Leibniz imagina estar em Roma, “e essa imaginação me dá prazer”, afirma. (LEIBNIZ, 1962, PS VII, p. 447).

9 Sobre isso, ver por exemplo, LEIBNIZ, 1962b, *Sistema novo*, PS IV, p. 478.

uma infinidade de outros” (LEIBNIZ, 1969, §149, p. 200). Os mundos possíveis são romances não escritos.

Eu gostaria de propor, para concluir, um novo exercício de imaginação. E se pudéssemos usar a imaginação criativa no campo político? Poderíamos imaginar novas maneiras de viver juntos? E aqui eu queria explorar um pouquinho a relação entre imaginação e memória.

V. PODEMOS IMAGINAR NOVAS MANEIRAS DE VIVER JUNTOS?

A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO

Sabemos que a arte tem um papel crucial para resistirmos a situações extremas. Camus¹⁰ narra o exercício diário de um prisioneiro num campo de concentração que toca, imaginariamente, um piano. Ele imagina ouvir a música que um dia ouviu, dedilhando, em um pedaço de madeira, o som que está em sua *memória*. Camus afirma que, ao contrário de estar louco, o que este homem faz é preservar sua humanidade em meio a um estado de exceção. Durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964-85 tivemos uma arte poderosa –na música, para citar apenas um exemplo, tivemos o movimento Tropicalista.

10 “Ernst Dwingler, em seu *Diário*, fala desse tenente alemão que, há anos prisioneiro em um campo de concentração no qual reinavam o frio e a fome, construía para si, com teclas de madeira, um piano silencioso. Lá, naquele amontoado de miséria, em meio a uma multidão esfarrapada, ele compunha uma estranha música que só ele escutava. Dessa forma, lançados ao inferno, misteriosas melodias e imagens cruéis da beleza esquecida nos trariam sempre, em meio ao crime e à loucura, o eco dessa insurreição harmoniosa, que comprova ao longo dos séculos a grandeza humana” (CAMUS, 2011, p.316).

Inspirada na filosofia leibniziana, Denise Ferreira da Silva faz uma crítica à formulação moderna da racionalidade. A pensadora propõe repensar espaço e tempo a partir da ideia de plenitude concebida por Leibniz para explicar o universo físico. Rompendo os “muros vítreos” do entendimento, afirma ela, “a imaginação pode conceber um rearranjo dos componentes de tudo para refigurar O Mundo” (SILVA, 2016, p. 58). O poder da imaginação – e Denise Ferreira da Silva está pensando nas formas artísticas de apresentação do mundo – de criar impressões vagas pode nos inspirar, sugere ela, “a repensar a socialização” (*idem ibidem*) ou, poderíamos dizer, a pensar novas maneiras de viver juntos.

A imaginação na filosofia do xvii é definida, de maneira muito geral, como uma faculdade que torna o ausente, presente. E é aqui que a memória tem seu papel. Gostaria de pensar, a partir da leitura que Éricka Itokazu¹¹ fez do texto escrito por Marilena Chaui em 1978, “A questão democrática” (CHAU, 1997, p.137-162), em uma possível leitura dos fatos presentes. Éricka Itokazu propôs pensarmos a situação atual do Brasil de maneira inversa ao movimento que Marilena Chaui descrevia em 1978. Em 1978 caminhávamos no Brasil para o fim de uma ditadura, em 2019, vemos o fechamento do horizonte democrático – quando o país elege como presidente um expoente da antiga ditadura de 1964-85 e sabido defensor da tortura como prática. Mas eu gostaria de propor uma leitura menos intuitiva e, talvez, criativa, no sentido da imaginação criadora descrita por Leibniz na citação acima. Gostaria de pensar justamente o movimento que Marilena Chaui propunha, no texto de 78, rumo à sociedade democrática, inspirada, também na ideia, sugerida por

11 Refiro-me à apresentação de Éricka Itokazu nas Jornadas Imagem, ocorridas na USP em maio de 2019, e que deram origem a este número dos *Cadernos espinosanos*.

Homero Santiago em *Entre servidão e liberdade* (2019), de que a derrota pode ser o começo do novo.

“A imaginação torna o ausente, presente”. Nós temos a *memória* da democracia, nós podemos *imaginar* uma sociedade democrática, podemos pensar um outro *possível*. Viviana Ribeiro sugeriu no debate¹² uma possibilidade: a constituição de uma memória coletiva, política, que não seja autoritária. Como fazer com que esse olhar sobre o passado, esse exercício de lembrar, extrapole os limites de uma experiência particular do presente para ganhar uma dimensão coletiva, política ou histórica? Como tornar nossa narrativa sobre o passado forte o suficiente para que não tenhamos que repetir o passado? Por que nossas instituições democráticas se mostraram tão frágeis a ponto de não conseguir impedir a eleição democrática de um grupo que é contra a democracia?

Uma experiência, em 31 de março de 2019, data em que se lembra o dia do golpe de Estado de 1964, “para que não se esqueça, para que não se repita”, paradoxalmente trouxe um certo alento para quem, com sua existência simplesmente, serve de memória do que aconteceu durante a ditadura anterior: a 1 Caminhada do Silêncio Pelas Vítimas da Violência do Estado teve a participação de uma multidão que, silenciosamente caminhou da Praça da Paz até o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos no Parque do Ibirapuera em São Paulo (a caminhada aconteceu em outras capitais do Brasil também). O alento, paradoxal, foi sentir-me irmanada com aquela multidão composta por muitas diferentes pessoas, e não apenas por aquele conhecido grupo que, como todos os anos, um dia antes da caminhada, estava no belo

12 Refiro-me aos debates que ocorreram durante as Jornadas Imagem, em maio de 2019, na USP.

ato organizado pelo Comitê Paulista de Memória, na rua Tutoia, onde funciona uma delegacia, mas cujo prédio antes abrigava o Doi-Codi, onde se prenderam, torturaram e mataram muitos presos políticos.

É uma sensação ambígua ou paradoxal porque essa multidão estava ali no dia 31 de março não simplesmente porque precisamos lembrar o passado, para que nunca mais se repita, mas porque vivemos, hoje, a quebra da democracia. Mas é uma sensação ambígua porque a caminhada mostra que temos sim a memória da democracia e que podemos imaginar uma sociedade democrática e projetar um outro possível neste presente.

Por isso, sugerimos – e trata-se apenas de uma sugestão mesmo – pensar nesta relação entre memória e imaginação e na capacidade criadora da imaginação, que não apenas torna presente o ausente, mas é capaz de projetar outros mundos possíveis.

IMAGINATION IN THE DIALOGUE BETWEEN LEIBNIZ AND SOPHIE CHARLOTTE

ABSTRACT: Imagination is an internal sense that brings together the impressions of external senses, says Leibniz in a letter to Queen Sophie Charlotte. This is one of the only definitions of the imagination that Leibniz formulates explicitly. We do not have the letters written by Sophie Charlotte, which is a sign of the silencing imposed on women for centuries, so we propose an exercise of imagination to reconstruct the importance of this dialogue. Other rare occurrences of the term “imagination” in Leibniz’s texts show the importance that the philosopher gives to the creative power of imagination. Would it be possible, from the relationship between memory and imagination, to suggest a political sense for the creative imagination?

KEYWORDS: Leibniz, Sophie Charlotte, imagination, memory, senses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÍTON, E. J. (1992). *Leibniz. Una biografía* (trad. Cristina Lanás). Madri: Alianza Editorial.
- CAMUS, A. (2011). *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record.
- CHAUI, M. (1997). “A questão democrática” IN *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Cortez, p.137-162.
- ELIAS, N. (1996). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEIBNIZ, G.W. (1962). “Scientia generalis”, *Die philosophischen Schriften* (ps), Ed. C. I. Gerhardt, 7 vols., Berlin/Halle, 1949-63; reimpressão Hildesheim, 1962: volume VII.
- _____. (1962b). “Système nouveau de la nature et de la communication des substances”, *Die philosophischen Schriften* (ps), Ed. C. I. Gerhardt, 7 vols.,

- Berlin/Halle, 1949-63; reimpressão Hildesheim, 1962: volume iv.
- _____ (1969). *Essais de Thèodicée*. Paris : GF-Flammarion.
- _____ (1970). “Carta xxxix a rainha Sophie Charlotte” in *Correspondenz von Leibniz mit Sophie Charlotte, Koenigin von Preussen*. IN : *Die Werke von Leibniz* , Herausgegeben von Onno Klopp. Hildesheim/New York : Georg Olms Verlag.
- _____ (1990). *Nouveaux essais sur l’entendement humain* (NE). Paris: GF-Flammarion.
- _____ (2004). “Os princípios da filosofia ou a monadologia”, *Discurso de metafísica e outros textos*, apresentação e notas de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2004b). “Princípios da natureza e da graça fundados na razão”, *Discurso de metafísica e outros textos*, apresentação e notas de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2004c). “Discurso de metafísica”. *Discurso de metafísica e outros textos*, apresentação e notas de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Martins Fontes.
- PERROT, M. (2017). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- SANTIAGO, H (2019). *Entre servidão e liberdade*. São Paulo: Editora Politeia.
- SILVA, D. F. (2016). *Sobre diferença sem separabilidade*. São Paulo: Oficina de imaginação política.
- STRICKLAND, L. (2011). *Leibniz and the two Sophies: the philosophical correspondence*. Toronto: Centre for the Reformation and Renaissance Studies.